

LIMIARES REFLEXIVOS SOBRE O LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Jânio Alexandre de Araújo¹
Alexandre Aparecido da Silva Souza²
Rivânia Gomes Teixeira³

RESUMO

A sociedade contemporânea espera que os sujeitos adquiram diversas competências para saber fazer uso da leitura e da escrita, no sentido de saber interpretar e contextualizar os episódios ao seu redor, pois vivemos num mundo onde o letramento é uma das ferramentas de comunicação. Portanto, é indispensável à apropriação da leitura e escrita na vida das pessoas em virtude de ir além do aprender a se comunicar e decodificar códigos pelo fato de constituir possibilidades de adquirir conhecimentos, desenvolver raciocínios e ampliar a visão de mundo. Educação de Jovens e Adultos (EJA), faz-se necessário compreendermos como se desenvolveu o processo histórico da Educação no Brasil. A história revela que essa modalidade de ensino caminhou em paralelo com as ações educativas praticadas desde o período colonial, embora que de forma superficial. Desse modo, o objetivo geral desse presente estudo é mostrar a relação estrutural das dimensões do letramento e a EJA. Como caminhos metodológico foi elencado o método dialético histórico, qualitativo e bibliográfico podemos afirmar que a aprendizagem de jovens e adultos que vivem à margem da sociedade se concretiza permitindo-os interagir melhor com o meio. Embora, como vimos durante o processo histórico dessa modalidade, bem como a educação em geral no Brasil é necessário maior participação dos órgãos federais para constituir de fato um educação para todos.

Palavras-chave: EJA. Letramento. Leitura.

INTRODUÇÃO

Para falarmos em Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário compreendermos como se desenvolveu o processo histórico da Educação no Brasil. A história revela que essa modalidade de ensino caminhou em paralelo com as ações educativas praticadas desde o período colonial, embora que de forma superficial. Nesse período, assim como, no contexto mundial, a educação era voltada basicamente para a doutrinação da população adulta abrangendo muito mais o caráter religioso do que o educacional, fazendo uso de imagens com cenas bíblicas que “serviriam como livros para os iletrados, ensinando-lhes a história bíblica e incutindo neles a crônica da

¹ Professor da rede estadual de educação SEEC-RN e Especialista em Tecnologias Educacionais e Ead (IFRN); janioaraujori@gmail.com;

² Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico (FAVENI). alexandresouza7@outlook.com

³ Mestranda do Programa de Educação da Must University, rivania.gomes12@hotmail.com

misericórdia de Deus” (MANGUEL, 1997, p. 117), esses indivíduos eram dados como incapazes, imaturos e ignorantes, pois estavam à margem daquela sociedade, razão esta que deveria ser atualizado com os conteúdos formais da escola primária. Segundo Paiva (apud HADDAD; PIERRO, 2000, p. 112), “essa ideia reforçava o preconceito contra o analfabeto”.

No decorrer desse período, essas atividades educativas ganharam força, principalmente no Brasil. Por volta de 1549, com a chegada dos primeiros membros da Companhia de Jesus, os ensinamentos tinham por objetivo desvincular o índio de suas raízes e da cultura, e principalmente, “dominá-los” e “controlá-los”, ensinando as crianças não somente o evangelho, mas também as normas de comportamento e os ofícios, pois estes encarregavam-se de transmitir aos genitores.

Após os primeiros anos da colonização, a educação voltada para os adultos restringiu-se apenas para a catequese, trabalhos agrícolas e o manuseio dos instrumentos agrários. Notou-se que a preocupação com a aprendizagem da leitura e da escrita; a falta de interesse em relação à alfabetização se devia ao fato de que, em Portugal, o analfabetismo era comum entre a própria realeza, razão esta que explicava a inexistência de uma educação sistematizada no início do Brasil – Colônia. Nos anos de 1759, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, houve uma desestruturação no sistema de ensino e só foram encontrados novos registros para adultos a partir de 1822, quando iniciava-se o Império.

No tocante a educação, foi na primeira Constituição Imperial, criada em 1824, que assegurava e garantia “uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, inclusive para os adultos. Apesar da tentativa de conscientização civil, quase nada foi realizada neste sentido, pois a titularidade de cidadania se restringia apenas para os livres e libertos. A educação escolar não era prioridade política e nem objeto de expansão sistemática para crianças, jovens e adultos.

A distância entre o proclamado (a garantia de uma instrução primária e gratuita) e o realizado era visível, tendo em vista que em nenhum momento, o poder público explicitou qual seria a forma para ministrar a educação primária. Este dispositivo mostrou-se estritamente formal, já que não gerava garantia social.

Naquela época, considerava-se como “direito” à cidadania, pequena parcela da população pertencente à elite econômica a qual tinha o privilégio de administrar a educação primária, excluindo negros, indígenas e as mulheres. Acreditava-se que a elite poderia assumir funções burocráticas ligadas a política e ao trabalho intelectual, enquanto que, aos escravos, os caboclos e os indígenas, além do trabalho duro, bastariam à doutrina da oralidade e da obediência na violência física ou simbólica.

Para alguns segmentos sociais, o acesso à leitura e a escrita era tido como desnecessários e inúteis. Outro fator agravante foi o ato constitucional de 1834, ao delegar a responsabilidade da educação básica às Províncias, tendo em vista que reservou ao Governo Imperial os direitos sobre a educação e atribuiu às instâncias administrativas que detinham menos poder aquisitivo, o papel de educar os mais carentes.

Neste período, embora algumas províncias tenham se esforçado, quase nada foi feito em relação à modalidade educativa. O final do império ficou marcado pelo descaso com a educação, principalmente, das crianças. No montante de 14 milhões habitantes apenas 250 mil eram assistidas no ensino, isso revela que as preocupações liberais expressas na legislação não se consumaram por estarem condicionadas pela estrutura vigente.

O início da Primeira República, Constituição de 1891 - primeiro marco legal, consagrou uma concepção de federalismo, descentralizando a responsabilidade do ensino básico das Províncias e Municípios. A partir daí, reservou-se para a União o papel de “animador” dessas atividades, a qual assumiu com ênfase maior o ensino secundário e superior.

A partir deste compromisso, a educação elementar ficou dependente dos interesses das províncias e oligarquias regionais que as controlavam politicamente, garantindo novamente a formação da elite brasileira.

Na década de 1930, começa a surgir por parte de educadores e da população movimentos em prol da ampliação de escolas para a melhoria e qualidade da educação de jovens e adultos. Com este movimento deu-se início a implementação de políticas públicas para essa população. Esses renovadores passaram a exigir que o Estado

assumisse, definitivamente, a responsabilidade de oferta desses serviços, pois o índice precário de escolarização, se comparado com outros países da América Latina e do mundo, era motivo de preocupação permanente da população e das autoridades brasileiras. Tal movimento, foi fruto do início da industrialização e da aceleração da urbanização no Brasil.

Nesta época, as elites que já haviam se adiantado constitucionalmente do direito a educação para todos, associava-o a um dever que cada brasileiro deveria assumir perante a sociedade.

Com o advento do golpe militar em 1964, a educação e cultura popular sofreu uma ruptura política, os dirigentes foram reprimidos, perseguidos e os ideais censurados. Essa repressão demoliu e interrompeu o Programa Nacional de Alfabetização, seus representantes foram presos e os materiais apreendidos. A campanha realizada pela Secretaria de Educação de Natal foi ocupada, e os trabalhos da campanha, “De pé no chão também se aprende a ler”, pensada e implementada por Paulo Freire.

Surgem, então, os principais movimentos da Educação e Cultura Popular buscando articular essa relação, educação e cultura, como os movimentos considerados principais naquela época como o movimento de Educação de Base e de fato a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Germano e Paiva (2005, p.6) nos esclarece que:

Nenhum movimento da época, no entanto é tão enfático ao estabelecer vínculos entre cultura popular e dominação externa quanto a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. A cultura popular, conforme concebia os intelectuais da campanha, estava intimamente relacionada aos ideais de libertação nacional.

Como mostra os pesquisadores, libertação nacional e a mudança na escolaridade da população analfabeta, significa que uma pessoa aprende a ler e a escrever, percebe o mundo diferente e fica livre de ações opressoras, ao passo que, o ato de liberdade do sujeito constituiu a sua própria e nova identidade sem perder de vista o seu contexto.

Ao passar dos tempos a educação se transforma ao passo que as dinâmicas sociais impulsionam mais garantias, tanto em termos de acesso como em qualidade. Diante disso o público da EJA, também faz parte desse recorte, por isso o objetivo central do presente trabalho é mostrar a relação dialógica entre o letramento e a EJA.

METODOLOGIA

O caminho metodológico para o presente estudo foi a revisão bibliográfica e documental, de modo a apresentar ao leitor as reflexões por meio de práticas academicamente qualitativa. Conforme Taylor e Procter (2001) definem revisão de bibliográfica como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tema específico. Diante disso, essa metodologia permite fornecer ao pesquisador dados importantes para possamos colocar em confronto ou convergência algumas teorias pertinentes ao objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Rio Grande do Norte tem experiências exitosas que ajudaram o estado a sair do caos em escolaridade de adultos. Assim foram expressas:

No Rio Grande do Norte, a Igreja por iniciativa própria desenvolveu práticas sociais em Natal que foi depois estendida ao campo como a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR), Cooperativismo, Centros Sociais, Clubes de Mães e pelos caminhos da alfabetização de Adultos, criando as Escolas Radiofônicas. (GERMANO;PAIVA, 2005 p. 9).

As aulas aconteciam pelo rádio e tinham como método, o globalizante, sem a preocupação de politizar, de conscientizar o sujeito, mas apenas de oportunizar o acesso à leitura e às informações locais. Conforme relata Germano e Paiva (2005 p. 8):

Dentro da orientação do método globalizante, eram escolhidas unidades temáticas para serem desenvolvidas nas aulas em determinado período. Os demais conteúdos ou matérias deveriam girar em torno desse tema maior. As professoras locutoras criavam tudo, não existindo nenhuma orientação externa.

Em consequência disso, o trabalho feito pelas professoras deixava a desejar no que se refere à sistematização, pois naquele contexto, para ser professor não era exigida escolaridade elevada, bastava lê, escrever e contar, que já era considerada uma professora. A seleção dos professores era feita pelo pároco da igreja e na maioria das vezes assumiram a condição de professora paroquiana, por ser vista como uma pessoa dotada de atributos e liderança na comunidade.

Paulo Freire demonstrava ampla preocupação com a conscientização do sujeito e utilizava o saber popular e as experiências de cada um para alfabetizá-los. A educação

era comprometida com a emancipação do sujeito, ou seja, ao ser alfabetizado esse sujeito deixaria de ser dependente intelectual, poderia expressar suas ideias e decidir-se politicamente. Natal foi palco da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e a experiência intitulada “As quarenta horas de Angicos/RN” teve enorme repercussão, sobretudo pelo caráter inovador do método de alfabetização, com forte conteúdo político-ideológico, e pela rapidez com que conseguia alfabetizar

Esses elementos permitem contextualizar a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Rio Grande do Norte. E muitas ações continuam acontecendo, uma vez que essa modalidade de ensino – EJA passou a ser responsabilidade oficial do governo.

Na década de 1970, o Movimento de Educação de Bases da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi tolhido pelos órgãos de repressão e também pela hierarquia católica que transformou a educação popular em um instrumento de evangelização. Este cenário afetou as lideranças estudantis e os professores universitários que se fizeram presentes nas diferentes práticas, devido à repressão, os direitos políticos e/ou impediram de exercer suas funções na sociedade. O Estado contrariado com a atuação política dos programas de educação de adultos e os interesses impostos pelo golpe militar usou a repressão como resposta de um estado altamente autoritário.

Embora as ações repressoras permanecessem, alguns programas conservadores como a Cruzada de Ação Cristã (ABC) do Recife foi substituído pelo Movimento da Cultura Popular e tinha como objetivo prestar assistência aos interesses do regime militar. Entre os anos de 1970 e 1971, a Cruzada passou por várias críticas relacionadas à condução e passivamente foi sendo extinta nos estados. Assim sendo, a educação básica de adultos não poderia ser abandonada pelo Estado, por ser um dos canais de mediação com a sociedade nacional e internacional e principalmente porque os militares propuseram construir um grande país.

Diante deste aspecto, houve a necessidade de dar respostas a um direito de cidadania, identificado como legítimo, para isso seria necessário buscar estratégias que atendessem aos interesses do modelo socioeconômico acionado pelo regime militar.

Como estratégia, foi criada a Fundação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em seguida, implantou-se o Ensino Supletivo em 1971, por

meio da promulgação de LDB 5.692/71 que reformulou as diretrizes do ensino de primeiro e segundo graus. A Lei recomendava que a educação deveria acontecer na forma de curso (escolarização em menor tempo) ou exames, ofertados a “adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”. Conforme explicita o texto, em seu capítulo IV, Art.25.

O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. (BRASIL, 1971).

O programa apresentava dualidade, de um lado deveria dar respostas aos marginalizados do sistema escolar, e por outro, atender os objetivos políticos dos governos militares. O MOBREAL no Brasil perdurou aproximadamente vinte anos, em 1985 foi extinto e o Ensino Supletivo, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) 9394/96 foi substituído pela Educação de Jovens e Adultos.

Após o fim do Ensino Supletivo em 1985, foi instaurado a Fundação Educar, ela previa recursos para o desenvolvimento da escolarização inicial de jovens e adultos através de parcerias que tivessem autonomia na elaboração e execução da proposta, pelos municípios e movimentos populares. Em 1990, o governo de Fernando Collor de Melo, então Presidente da República, aboliu a fundação e nenhum outro projeto foi criado em seu lugar.

Nota-se a partir daí, a omissão do Governo Federal nos projetos de alfabetização, ficando os municípios incumbidos de assumir a Educação de Jovens e Adultos. Entre os movimentos da década de 90, evidencia-se o Movimento de Alfabetização (MOVA), que tinha como proposta alfabetizar a partir do contexto socioeconômico, tornando-as co-participantes de seu processo de aprendizagem.

Em 1996, o MOVA foi substituído pelo Programa Alfabetização Solidária, ele sofreu diversas críticas com relação ao plano por que:

Além de ser de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a ideia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o SulSudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha ‘Adote um Analfabeto’, o PAS contribuiu para reforçar a imagem quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272).

Segundo a UNESCO, o governo brasileiro não cumpriu com a meta estabelecida e que a concentração da população analfabeta continua coincidindo com os balcões de pobreza do país [...] “baseada no fato de que aumentou o número de crianças, jovens e adultos na escola” (CERATTI, 2012, p. 7).

Este Órgão foi criado em 1947, desde esta época vem promovendo conferências no campo da Educação de Jovens e Adultos com o intuito fazer um balanço mundial no setor, estabelecendo novos programas, metas, uma agenda para o futuro e promover a educação ao longo da vida. São perceptíveis os esforços da UNESCO no combate ao analfabetismo no Brasil, pois periodicamente acontecem as Conferências. De 1949 até os dias atuais, seis CONFINTEAS aconteceram.

A UNESCO em julho de 1997 realizou em Hamburgo a V Conferência (CONFINTEA V) e pode-se dizer que foi uma das maiores, pois reuniu mais de mil e quinhentos inscritos em cento e trinta países. A CONFINTEA aprovou a “Declaração de Hamburgo” e adotou uma “agenda para o futuro”. Um dos princípios contidos nela foi à inclusão da década Paulo Freire da alfabetização, entendendo a educação de adultos como um direito de todos e destacando a necessidade de diferenciar as necessidades específicas das mulheres, das comunidades indígenas e dos grupos minoritários. (SESI/UNESCO, 1999).

O século XXI trouxe para os jovens e adultos a esperança da superação do analfabetismo devido à ampliação de ofertas de vagas nas escolas públicas abertas às camadas populares. Mesmo assim, obtendo avanços com a expansão de ofertas, as condições para melhoria do ensino não foram acompanhadas, motivo esse que atualmente, temos mais escolas e menos qualidade. A má qualidade está interligada com parte da população que vive em situação de pobreza, uma vez que, crianças, jovens e adultos passam pela escola sem lograr aprendizagens significativas.

Situações como esta, leva o aluno ao fracasso, motivo este que provoca o abandono escolar. O acesso de estudantes na escola está garantido, em contrapartida, a exclusão escolar por não ter adquirido as habilidades para cada etapa de ensino, provocou o aumento de jovens adolescentes na modalidade EJA. Pesquisas apontam que para uma pessoa ser totalmente alfabetizada, é necessário pelo menos quatro anos

de escolarização para adquirir habilidades e competências cognitivas, visto que a sociedade contemporânea exige tais conhecimentos dos sujeitos.

Demonstrativos como estes, revelam que o desafio da expansão do atendimento não se restringe somente a modalidade de jovens e adultos que nunca tiveram acesso à escola, mas estende-se também, aquela que já frequentou bancos escolares, e não obteve sucesso para participar plenamente da vida econômica, política, e cultural do país.

Vivemos em uma sociedade dominada pela linguagem escrita, pois a encontramos por todos os lugares por onde passamos. Elas chegam através de formas variadas como anúncio televisivo, nos jornais, nas embalagens de alimentos, remédios, placas de sinalização, no trabalho, igrejas e outros. É a partir daí que as pessoas que não sabem ler nem escrever passam a ter contato com o código da escrita.

Nos dias atuais, sabe-se que o contato e a convivência com pessoas leitoras e escritoras fazem com que os analfabetos tenham ideias como a escrita funciona. De modo geral, as pessoas antes de frequentarem a escola não ficam indiferentes à escrita, pois já se tem observado e refletido sobre os padrões de regularidades, compreendendo sua utilidade. A maioria dos jovens e adultos, que nunca passaram pela escola, consegue diferenciar letras de números, conhece o nome de algumas letras e reconhece o próprio nome.

No Brasil, grande parte da população apresenta baixos níveis de letramento ocasionando o alto índice de analfabetismo, no qual não participa efetivamente do mundo da escrita. Nos dias atuais, com o avanço tecnológico, é preciso conhecer não somente o processo do sistema de escrita, mas também saber fazer uso de práticas sociais letradas, só assim é possível tornar um indivíduo letrado.

Para aprender a ler e a escrever é preciso sistematizar informações, compreendendo o significado de forma contextualizada. Nas palavras de Saviani (2003), o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Na atualidade, o aprendizado da leitura e da escrita, é uma das condições imprescindíveis para o desenvolvimento do ser humano, satisfazendo seus desejos e necessidades, possibilitando o envolvimento nas práticas sociais, podendo se apresentar com perspectivas diversas e de maneira dinâmica e criativa.

Ler e escrever requer reflexão e aperfeiçoa o conhecimento permitindo a compreensão do que foi lido. Para isso se faz imprescindível que o professor explore textos que tenham significado para os educandos, intercalando e promovendo a interação com o mesmo. Vieira Pinto (2005) comenta que a ação do educador consiste em encaminha o educando adulto a criar sua consciência crítica.

Com o advento das novas tecnologias, o contexto escolar, principalmente para os educandos da EJA, se modificou consideravelmente trazendo outras formas de interação professor/aluno para tessitura dessa apropriação, pois

[...] a escola que [alguns desses] alunos têm em seu imaginário, aquela que conhecem porque já passaram por ela anos atrás ou porque acompanham o cotidiano de seus filhos, nem sempre é aquela com que se deparam nos primeiros dias de aula, o modelo tradicional de escola, ou seja, um lugar onde predominam aulas expositivas, com pontos copiados da lousa, onde o(a) professor(a) é o único detentor do saber e transmite conteúdos que são recebidos passivamente pelo(a) aluno(a)".[...]Especialmente, os alunos mais velhos se mostram resistentes à nova concepção de escola que os coloca como sujeitos do processo educativo, que espera deles práticas ativas de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p.8)

Portanto, é indispensável à apropriação da leitura e escrita na vida das pessoas em virtude de ir além do aprender a se comunicar e decodificar códigos pelo fato de constituir possibilidades de adquirir conhecimentos, desenvolver raciocínios e ampliar a visão de mundo. Compreende-se, nesse contexto, que há dois tipos de leitura, a verbal e a visual, que estão constantemente convergindo, possibilitando ao educando uma relação constante entre a sua imagem de mundo e os conhecimentos estudados em sala de aula, de forma que, a postura metodológica deve ser apresentada ao aprendiz para o contextualizado no novo ambiente educativo. Encontra-se estabelecida nessa relação entre os conhecimentos escolares e os que antecederam essa experiência educativa formal, entre as impressões visuais e verbais, enfim, entre os processos mentais e os sensoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo educacional, como em tantos outros, os desafios a serem alcançados requerem rotineiramente motivação e comprometimento, seja dentro ou fora de sala de aula. Nessa perspectiva, a tarefa de ensinar ultrapassa, muitas vezes, limites pré-estabelecidos e passa a exigir do profissional da educação uma postura mais criativa e estimuladora de novas situações de ensino e aprendizagem, que conduza o docente à

atuação coerente com a realidade do estudante possibilitando-lhe maior acessibilidade ao conhecimento escolar e a continuidade de sua escolarização, principalmente nesse novo contexto.

Com o advento das novas tecnologias fica visível a construção sistemática do novo indivíduo que busca, mesmo sem escolarização, interagir com o outro por meio de redes sociais e outras mídias, e o professor precisa introduzir em seu processo educativo tais ferramentas que estimulem esse aprendiz a permanência em sala, assim como o uso contínuo da leitura para o conduzir a participação plena na sociedade em que participa.

Contudo, podemos afirmar que a aprendizagem de jovens e adultos que vivem à margem da sociedade se concretiza permitindo-os interagir melhor com o meio. Embora, como vimos durante o processo histórico dessa modalidade, bem como a educação em geral no Brasil é necessário maior participação dos órgãos federais para constituir de fato um educação para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Coletânea da Legislação Estadual de Ensino**, Curitiba, Secretaria Educacional do Estado do Paraná (SEEC) – Fundepar, p. 589.

_____. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos**: alunas e alunos da EJA. Brasília: MEC, 2006.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Políticas Públicas para Jovens e Adultos**. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/>. Acesso em 10.12.2020.

GERMANO, José Wellington. PAIVA, Marlúcia. **Educação popular no Rio Grande do Norte: 1958-1964**. SEECD-RN. Fascículo 2. Natal, 2005.

HADDAD, Sérgio. PIERRO, Maria Clara de Di. **Escolarização de Jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, Nº 14.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2003.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.



TAYLOR, Dena; PROCTER, Margaret. **The literature review: a few tips on conducting it.** Disponível em Acesso em: 04.01.2020.

UNESCO. **Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos. (CONFINTEA VI).** Belém, 1999. Disponível em: <http://www.unesco.org/>. Acesso em: 10.01.2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos.** 14. Ed. São Paulo.